



REDES SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIA E ARTICULAÇÃO NA BR-319

Francisca Dionéia Ferreira¹

Josué da Costa Silva²

RESUMO

O estudo analisa as redes socioambientais constituídas ao longo do trecho do meio da BR-319, no estado do Amazonas, buscando compreender suas formas de organização, cooperação e resistência frente aos impactos socioambientais e às políticas de infraestrutura na região. De abordagem qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental e registros de campo produzidos entre 2013 e 2023 em comunidades de Humaitá, Manicoré, Careiro e Autazes. Os resultados apontam que a reconstrução da BR-319, conduzida sob uma lógica desenvolvimentista e excludente, intensificou conflitos territoriais, desmatamentos e violações de direitos. Em resposta, mulheres e jovens têm articulado redes locais que combinam saberes tradicionais, formações em direitos humanos e uso estratégico das tecnologias de comunicação, configurando novas formas de governança territorial. Tais redes expressam dinâmicas socioterritoriais nas quais o social, o ambiental e o simbólico se entrelaçam na defesa da vida e do território. Conclui-se que essas articulações representam mais do que resistência: constituem um projeto político de futuro, pautado no cuidado coletivo e na afirmação da Amazônia como território vivo e diverso.

Palavras-chave: Amazônia; redes socioambientais; BR-319;

RESUMEN

El estudio analiza las redes socioambientales constituidas a lo largo del tramo central de la carretera BR-319, en el estado de Amazonas, con el fin de comprender sus formas de organización, cooperación y resistencia frente a los impactos socioambientales y las políticas de infraestructura en la región. Con un enfoque cualitativo, se basa en una revisión bibliográfica, análisis documental y registros de campo producidos entre 2013 y 2023 en comunidades de Humaitá, Manicoré, Careiro y Autazes. Los resultados indican que la reconstrucción de la BR-319, llevada a cabo bajo una lógica desarrollista y excluyente, intensificó los conflictos territoriales, la deforestación y las violaciones de derechos. En respuesta, las mujeres y los jóvenes han articulado redes locales que combinan conocimientos tradicionales, formación en derechos humanos y uso estratégico de las tecnologías de la comunicación, configurando nuevas formas de gobernanza territorial. Estas redes expresan dinámicas socioterritoriales en las que lo social, lo ambiental y lo simbólico se entrelazan en la defensa de la vida y el territorio. Se concluye que estas articulaciones representan más que

¹ Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, dioneia_ferreira@hotmail.com

² Professor orientador: Doutor em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, jcosta@unir.br



resistencia: constituyen un proyecto político de futuro, basado en el cuidado colectivo y en la afirmación de la Amazonía como territorio vivo y diverso.

Palabras clave: Amazonía; redes socioambientales; BR-319;

INTRODUÇÃO³

Chegamos ao momento da história em que a Amazônia constitui a fronteira a ser desbravada, desvendada e espoliada, pelas frentes de devastação que não respeitam nenhuma estrutura fora do pensamento e da lógica capitalista, motivo pelo qual as muitas formas de representação da Amazônia dialogam com tudo, menos com aqueles que sempre a povoaram. As frentes de devastação, transformam a floresta em mercadoria, negando os vínculos históricos e simbólicos estabelecidos por povos e comunidades tradicionais. A coisificação da Amazônia, tratada como armazém ou almoxarifado do mundo, agride frontalmente aqueles que se integraram a ela e também a cultivaram ao longo de milhares de anos, enriquecendo ainda mais a sua biodiversidade (Chagas, 2020; Noda et al., 2013).

As formas de organizações sociais na Amazônia ancestral contemplavam visões de mundo no sentido da manutenção da vida em padrões e patamares de respeito aos lugares e modos de vida de cada povo, de modo que esse respeito possibilitava processos políticos em coalisões de forças para o alcance de objetivos comuns (Souza, 2021). Os acordos e combinados extrapolavam grupos sociais, constituindo redes complexas com abrangências consideráveis em termos territoriais e de agendas.

Apesar dessa complexidade das organizações sociais na Amazônia, a história recente tratou de empreender o discurso-narrativa do “vazio demográfico”, segundo o qual, essa gigantesca região não possuía população suficiente que garantisse ou justificasse a sua segurança territorial, desta forma, justificando uma política de ocupação para sua integração com o restante do país. E neste contexto surgiram os projetos de infraestrutura para a região, com destaque para construção de estradas, dentre elas a BR-230 (Transamazônica) e a BR-319.

A implantação de infraestrutura na floresta, ignorando todos os direitos das populações tradicionais ao tempo em que colocando em extremo risco a manutenção dos seus lugares e

³ Artigo resultante de pesquisa em andamento, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UNIR), com financiamento da **Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)**, por meio de bolsa de pesquisa (funbio.org).



modos de vida, fez emergir movimentos sociais de enfrentamento a essa agenda nas diferentes regiões da Amazônia. A BR-319 ilustra de forma emblemática essa situação: aberta nos anos 1970 à revelia de toda e qualquer legislação ambiental, ficando transitável até meados dos anos 1980, e no início dos anos 2000 sua recuperação retorna com força nas pautas do governo, novamente ignorando o imperativo da realização da consulta prévia, livre e informada aos povos e populações tradicionais, apesar do vasto arcabouço legal que apontam para essa obrigatoriedade.

Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir as estruturas e dinâmicas das redes socioambientais constituídas no trecho do meio da rodovia BR-319, analisando a natureza de suas interações, cooperações e coalizões. Busca-se compreender como esses arranjos fortalecem as resistências locais e produzem novas formas de governança territorial. A pesquisa se justifica pela necessidade de evidenciar as organizações sociais de base local que tem se articulado ao longo de anos no campo real, frequentemente invisibilizadas em nome de agendas de fortalecimento da governança no território da BR-319. Lançar Luz sobre essas redes é fundamental para compreender as formas que perpassam o campo do real, com luta e resistências para proteção territorial e dos modos de vida das populações tradicionais na região.

METODOLOGIA

De abordagem qualitativa, por meio revisão bibliográfica (Gil, 2010) e análise do registro documental (Marconi e Lakatos, 2007), compondo uma descrição preliminar das organizações sociais envolvidas com a temática da BR-319, contemplando os processos de discussão do licenciamento ou proteção territorial, no período de 2013 a 2023. E, foram utilizados artigos, revistas, livros, teses e dissertações, palestras, reportagens jornalísticas e entrevistas, acessados por meio de diferentes plataformas e bases de dados, tais como: *Scielo*, Google Acadêmico, Capes e Plataforma Sucupira.

Além disso, também foram considerados os diários de campo das expedições realizadas nos anos mencionados acima (2013 a 2023), nas Comunidades ao longo da BR-319, sendo: Comunidade Santa Rita e Comunidade Santa Rosa, área ribeirinha no Município de Humaitá; Comunidade São Sebastião do Igapó Açu (dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu), no município de Manicoré; P.A. Panelão (Projeto de Assentamento) e Santo Antônio do Ramal do Mamori, no município de Careiro e Comunidade do Ramal do 14, no município de Autazes. Foram considerados registros de reuniões comunitárias, ou conversas



com as lideranças das referidas Comunidades e que se articulam por meio de diferentes formas de organizações.

Assim, a referida pesquisa envolveu Comunidades inseridas em três municípios do estado do Amazonas, situados na área de influência direta da rodovia BR-319, dois dos quais, pertencentes a mesorregião Sul do Amazonas, Manicoré e Humaitá. Nos quais, existe uma crescente tensão em razão de estarem localizados na fronteira do avanço das invasões e desmatamento para a expansão da agropecuária na região.

REFERENCIAL TEÓRICO

A BR-319 é palco de décadas de discussões e disputas inclusive jurídicas, dando origem e corpo a cooperações e coalisões voltadas para o apoio as comunidades inseridas no contexto dessa obra, aonde estruturas institucionais, multiescalares e multiatores têm se avolumado em diferentes temáticas com a finalidade de fazer frente a empreitada de repavimentação da rodovia pelo Governo Brasileiro. Entretanto, é de se observar com cautela os interesses por trás da atuação das redes institucionais inseridas nesse processo, para em certa medida, garantir que as redes e organizações de base local e que se constituem no campo real não sejam invisibilizadas pela atuação de instituições com abrangência e poder de apropriação bem como de desestruturação das ações das e nas comunidades tradicionais.

Os constantes conflitos que tem ocorrido na Amazônia, têm elevado a dita “questão amazônica” para escala nacional e internacional, lançando luz sobre as violações de direitos que tem ocorrido na região, sobretudo com as populações tradicionais. Os processos políticos e econômicos públicos ou privados empreendidos na região não dialogam com as “particularidades” dos elementos que constituem a estrutura fundamental da Amazônia, ocasionando uma relação conflituosa cuja relação de repartição de custos e benefícios se dá em bases perversas, com os grupos empresariais ganhando muito alto e as populações locais tendo que arcar com os prejuízos irremediáveis aos seus lugares e modos de vida (Costa Silva, 2021).

O modo de vida das populações da Amazônia apresentada, apresentam uma organização diferenciada das “imbricações do consumo, da materialidade e objetificações do mundo da mercadoria” (Silva, 2022, p.3). É de grande importância a valorização e preservação dos saberes dessas populações, que contrastam ao modo vida regido pela lógica da mercadoria e do dinheiro. Em concordância com Silva (2022), a lógica capitalista, que transforma tudo em mercadoria e objeto de consumo, afeta diretamente a continuidade da vida e do modo de vida dos diversos grupos humanos na Amazônia, ocasionando o que Silva (2022) chama de “crise



do viver”. Segundo o autor, essa crise é complexa e profunda se materializa em sistema de opressões que vão desde o processo globalização até a colonização.

Nesse sentido, Santos (2021) apresenta uma perspectiva que historico-territorial de processos anteriores, mas que refletem na atualidade, como é o caso da distância entre o ideal republicano e a sua concretização prática no Brasil, principalmente no respeito à diversidade e aos direitos dos povos indígenas e tradicionais "dizer que o Brasil proclamou a República em tese é diferente de existir concretamente uma verdadeira República, democrática e horizontal, que respeite as diferentes visões de mundo” (Santos, 2021, p. 26). Essa distância torna-se ainda mais visível quando analisamos projetos de infraestrutura como a BR-319. Embora justificada sob o argumento de integração nacional e desenvolvimento, a reconstrução da BR-319 ignora sistematicamente as vozes e os modos de vida das populações amazônicas, reforçando um modelo de Estado, que atua de forma verticalizada.

A construção (ou reconstrução) da BR-319 pode ser vista como um exemplo do processo de transformação do espaço em mercadoria e a verticalização de ações governamentais no território, como aponta Nascimento Silva (2000), que ressalta a relação íntima e simbólica que as comunidades ribeirinhas mantêm com o território, estabelecendo uma relação controle e de reconhecimento dos signos e significados ao espaço nas comunidades. Por sua vez, a estrada representa a inserção de uma lógica externa, voltada à integração econômica, à circulação de mercadorias e ao avanço do modelo desenvolvimentista. Assim, a estrada não apenas modifica a paisagem, mas também altera as relações sociais e culturais que sustentam o modo de vida dessas populações.

Para Zhouiri (2019), na Amazônia, as tensões envolvendo “árvore” e “gente” foram fortemente mediadas pelas ONG que atuam na região, aonde os discursos dessas instituições ambientalistas abordavam de forma subliminar, como a noção de desenvolvimento estava mudando a relação dos povos com a floresta, influenciando na transformação de uma relação harmônica para uma relação de oposição. Portanto buscamos evidenciar nesse estudo esse jogo de atores, com o discurso de governança no território da BR-319, e as articulações em redes das organizações sociais de base local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Comunidades ao longo da BR-319, sobretudo do trecho norte da rodovia, têm se organizado em grupos e coletivos e gradativamente tem buscado o avanço dessas organizações de base para a institucionalização, com a criação de Associações Comunitárias ou Associações



Agroextrativistas. Este movimento tem ocorrido, em razão das pressões e ameaças que vem enfrentando, desde que foram realizadas as obras de conservação que devolveram o tráfego a rodovia.

Desde 2013, ano do início das obras de manutenção do trecho do meio da BR-319 iniciaram, as Comunidades têm presenciado as invasões e desmatamento dos seus territórios de uso comum, das florestas nas quais as vidas e mundos das populações tradicionais estão baseadas. Assim, as Comunidades tiveram que se organizar para fazerem frente as mudanças bruscas de cenário, resultado do tráfego na rodovia, que trouxe consigo muitas formas de violações dos direitos dos comunitários, como a exploração sexual de crianças e adolescentes, a perturbação do espaço público com o acúmulo de carretas em frente as casas nas comunidades, o aliciamento para o trabalho análogo a escravidão, e até o tráfico de pessoas. Algumas das violações fortemente associadas ao desmatamento na região.

Assim, na medida em que foram se sentindo ameaçados, as comunidades, por meio das suas lideranças, se organizaram em articulação com instituições socioambientais, para discutir formas de combate e enfrentamento as violações de direitos. Os coletivos e grupos se formaram a partir das áreas de interesses, com as mulheres protagonizando as movimentações iniciais e engajando a participação.

O movimento das mulheres foi um dos eixos estruturantes dessa transformação, de modo que o processo se iniciou com a articulação entre mulheres de diferentes comunidades, que começaram a se reunir para compartilhar experiências, refletir sobre as condições de vida e identificar pautas comuns. O que começou como uma mobilização de caráter comunitário evoluiu para uma articulação territorial mais ampla, na medida em que as mulheres passaram a se reconhecer como parte de um mesmo processo histórico e político de resistência.

Essa articulação foi fortemente impulsionada por um grupo de mulheres do município de Careiro, capacitadas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) como Promotoras Legais Populares, no âmbito de um programa voltado ao enfrentamento da violência contra mulheres, crianças e adolescentes. A formação como Promotoras Legais Populares constituiu-se não apenas como um espaço de aprendizado técnico, mas também como um processo de empoderamento político e subjetivo. Como observa Sardenberg (2006), o empoderamento das mulheres implica a ampliação de sua capacidade de agir sobre as estruturas sociais que as oprimem, redefinindo as relações de poder e de saber nos espaços que ocupam. Nesse sentido, as promotoras tornaram-se mediadoras entre o conhecimento jurídico e as práticas cotidianas das comunidades, promovendo rodas de conversa, encontros e ações educativas que, aos poucos, extrapolaram o espaço comunitário, ganhando dimensão territorial.



A partir dessas experiências, surgiram novos coletivos formados por mulheres capacitadas ou influenciadas por esse processo. Entre eles destacam-se o Coletivo Divas da Floresta, o Coletivo de Mulheres da Reta, vinculado à Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA), e o Coletivo Icamíabas. Esses grupos expressam o que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina de “sociologias das emergências”, movimentos sociais que emergem de contextos de invisibilidade e produzem novos modos de existência e de reconhecimento político.

As mulheres passaram a ocupar espaços de liderança em diferentes arenas de debate público, expandindo o alcance de suas lutas para além das pautas de gênero, englobando também discussões sobre proteção territorial, governança ambiental e direitos coletivos. Essa ampliação das pautas reflete a intersecção entre as lutas feministas e as lutas socioambientais, característica dos feminismos territoriais e decoloniais. Como argumentam Espinosa Miñoso (2014) e Lugones (2010), o feminismo latino-americano, quando enraizado nos territórios, não se limita às agendas universais de igualdade de gênero, mas integra as dimensões étnicas, culturais e ambientais das experiências de vida das mulheres. No contexto amazônico, esse feminismo territorializado expressa-se pela defesa simultânea da vida, do corpo e do território, categorias indissociáveis para as mulheres que enfrentam o avanço de projetos extrativistas e de políticas que invisibilizam seus modos de existência.

A força organizativa das mulheres inspirou também a mobilização das juventudes locais. Muitas jovens participaram das rodas de conversa e das atividades dos coletivos femininos, encontrando ali um espaço de pertencimento e aprendizado político. A partir dessas experiências, os jovens começaram a articular seus próprios grupos, constituindo coletivos juvenis em diferentes comunidades ao longo da BR-319. Esses coletivos surgiram de forma simultânea e descentralizada, conectando-se entre si e com as organizações femininas para discutir pautas próprias, especialmente relacionadas à ausência de políticas públicas voltadas à juventude.

Os jovens passaram a questionar a ausência de políticas de regularização fundiária, incentivo à agricultura familiar e fomento à cultura, evidenciando que o Estado permanece distante das realidades amazônicas. Essa crítica juvenil às políticas públicas revela o que Evelina Dagnino (2004) chama de “disputa pela construção democrática”, em que diferentes sujeitos reivindicam o direito de participar ativamente da definição dos rumos das políticas e das prioridades do território. A juventude da BR-319, ao se posicionar criticamente frente às ausências institucionais, reafirma a centralidade da participação social como prática política.



Um aspecto fundamental dessa nova geração é o domínio das tecnologias de comunicação e das redes sociais, que se tornaram instrumentos de visibilidade e resistência. O uso das mídias digitais ampliou o alcance das denúncias e permitiu que as vozes das comunidades locais ultrapassassem as fronteiras físicas da estrada, chegando a públicos regionais e nacionais. Essa dimensão comunicacional, como aponta Castells (2013), é parte constitutiva das novas formas de ação coletiva na era da informação, em que as redes digitais se tornam mediadoras entre a experiência local e a esfera pública global. Ao utilizarem a internet para documentar invasões territoriais, desmatamentos e violações de direitos, os jovens transformaram as redes sociais em espaços de contra-narrativa e disputa simbólica, questionando a imagem hegemônica de uma Amazônia vazia ou despolitizada.

Nesse processo, consolidaram-se como atores políticos centrais nas articulações socioambientais da BR-319, construindo uma ponte entre as pautas das mulheres e as reivindicações da juventude. Essa interação intergeracional fortalece o tecido social e amplia a capacidade de incidência das comunidades em defesa de seus territórios.

Assim, tanto as mulheres quanto os jovens desempenham papéis estratégicos na repolitização da vida comunitária e na produção de novas formas de governança territorial. Suas práticas cotidianas expressam o que Acselrad (2010) chama de “ecologias políticas locais”: modos de ação que integram o social e o ambiental, o político e o simbólico, o humano e o territorial. No trecho norte da BR-319, essas ecologias políticas ganham corpo por meio da articulação de saberes tradicionais, formações em direitos humanos e uso criativo das tecnologias digitais.

Esses processos revelam que as lutas por direitos na Amazônia não se limitam à reivindicação de políticas públicas, mas envolvem a construção de novas epistemologias e formas de existir. As mulheres e os jovens da BR-319, ao se organizarem coletivamente, afirmam o direito de ser, viver e decidir sobre seus territórios. São experiências que desafiam o olhar colonial e urbano sobre a Amazônia, mostrando que nas margens, e por meio delas, emergem novas centralidades políticas e cognitivas.

Em síntese, as articulações femininas e juvenis no trecho norte da BR-319 configuram um campo de resistência e criação social, no qual se entrelaçam saberes locais, práticas de solidariedade e estratégias comunicacionais. A partir da floresta, constrói-se um projeto político plural, sustentado por um feminismo de base territorial e uma juventude conectada, que juntos desenham novas formas de participação e cuidado com o território. Trata-se, em última instância, de um movimento que reafirma a Amazônia não apenas como espaço de disputa ambiental, mas como território vivo de invenção democrática e de afirmação coletiva.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão mercadológica da floresta corrobora o discurso da necessidade de investir em grandes empreendimentos que utilizem os recursos naturais da região como condição para a garantia do desenvolvimento. O discurso utilizado é baseado no pragmatismo democrático, levando as populações locais a crerem que estão seguras ao participar das decisões sobre a implementação dos empreendimentos. Entretanto, muitas vezes, as propostas já chegam prontas às consultas públicas, e a população é levada apenas à sua legitimação. A maioria das obras de infraestrutura implementadas na região não inclui as populações locais em seu processo de concepção, tampouco consulta sobre a necessidade ou interesse pelo empreendimento (Brum, 2019).

Nesse contexto de exclusão e verticalização das decisões sobre o território, emergem as redes socioambientais como formas concretas de enfrentamento e reconstrução política da vida amazônica. As redes que se formam ao longo da BR-319 revelam um processo dinâmico de resistência e reinvenção das comunidades tradicionais, que transformam a vulnerabilidade imposta pelos grandes projetos em espaço de luta e produção de novas epistemologias. Ao discutir as estruturas e interações dessas redes, o estudo buscou compreender como mulheres e jovens têm articulado formas de organização coletiva capazes de enfrentar a invisibilização institucional e as ameaças trazidas pela reabertura da rodovia, transformando o território em arena de ação política e cuidado com a vida.

Constatou-se que essas redes não apenas respondem a conflitos socioambientais, mas produzem alternativas concretas de governança territorial, baseadas em saberes locais, solidariedade comunitária e uso estratégico das tecnologias de comunicação. São formas de ação que desestabilizam a lógica vertical de planejamento estatal e os discursos desenvolvimentistas que reduzem a floresta à mercadoria. Ao contrário, expressam práticas socioterritoriais, nas quais o social, o ambiental e o simbólico se entrelaçam na defesa da vida e do território.

Os resultados evidenciam que o fortalecimento dessas articulações é condição essencial para a construção de políticas públicas mais democráticas e contextualizadas. As redes de base, sobretudo as lideradas por mulheres e juventudes, operam como instâncias de mediação entre o campo institucional e o cotidiano comunitário, ampliando o alcance da resistência e produzindo novas formas de participação política na Amazônia.



Assim, o estudo reafirma seu objetivo central de analisar as redes socioambientais constituídas no trecho do meio da BR-319, a partir de suas interações, cooperações e coalizões, demonstrando que tais redes configuram um campo plural de enfrentamento e invenção democrática. A compreensão desses arranjos é fundamental para repensar as estratégias de proteção territorial e os modos de vida das populações tradicionais diante das pressões do capital e das políticas de infraestrutura.

Por fim, o aprofundamento sobre as redes socioambientais que se articulam ao longo da BR-319 é essencial para compreender como elas se constituem, operam e influenciam a vida das comunidades locais. Em muitos casos, a atuação de redes associadas a agendas institucionais e à expansão do agronegócio ocorre de forma dissociada dos modos de organização das populações tradicionais, ameaçando a conservação dos territórios e de seus modos de vida. Em contrapartida, as redes formadas a partir das próprias comunidades expressam mais do que resistência, representam um projeto político de futuro, no qual o cuidado com o território e a vida coletiva se convertem em eixos de transformação social e em caminhos possíveis para uma Amazônia viva, justa e governada por seus próprios sujeitos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais. **Garamond**, Rio de Janeiro, 2010.

BRUM, E. Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019. 304 p.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. **Zahar**, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA SILVA, R.G. A desamazonização da Amazônia: Conflitos agrários, violência e agrobandidagem. Artigo inserido em publicação da CPT. **Conflitos no Campo**: Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. CPT Nacional. Goiânia, 2021.

CHAGAS, J. C. N. Organização nos agroecossistemas familiares amazônicos: um olhar pela lente da complexidade. Capítulo do Livro: **Edgard Morin, homem de muitos séculos: um olhar latino-americano**. Organização: Elimar Pinheiro do Nascimento; Maurício Amazonas; Alfredo Pena Veiga. Edições SESC. São Paulo, 2021.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: limites e possibilidades da democratização. **Paz e Terra**. São Paulo, 2004.



ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. El feminismo descolonial: una propuesta para el pensamiento crítico latinoamericano. **Ediciones Godot**. Buenos Aires, 2014.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed., 3 reimpr. Atlas, São Paulo, 2010.

LUGONES, María. Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, v. 25, n. 4, 2010, p. 742–759.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. “Fundamentos da Metodologia Científica”, 6. ed., Ed. Atlas, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO SILVA, M. das G. S. O espaço ribeirinho. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

NODA, H.; NODA, S. N.; LAQUES, A. E.; LÉNA, P. (Organizadores). **Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia**. Wega. Manaus, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. **Cortez**. São Paulo, 2010.

SANTOS, E. R.. Por uma pós-geografia de resistência: a Zoografia cosmogônica dos povos indígenas do Brasil.. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, v. 3, p. 26-40, 2021.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: **Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres**. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

SILVA, J. C. Amazônia, vivências e espaços emotivos. IN: KOZEL, Salete; TORRES Marcos e GIL FILHO, Sylvio Fausto (Orgs). **ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES acordes de uma mesma canção**. Porto Alegre, RS. Editora Compasso Lugar Cultura, 2022.

SOUZA, M. **Amazônia Indígena**. 2ª Ed. Record. Rio de Janeiro, 2021.

ZHOURI, A. **Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. CROLAR, Boltzmannstr, Berlin, v. 8, n. 1, p. 69-71, 2019.